



Bloco de Esquerda

Grupo Municipal de Lisboa

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2012

**Roteiro da intervenção de João Bau (BE) na Reunião da Assembleia
Municipal de Lisboa realizada em 23 de Julho de 2013**

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

1- Temos hoje para apreciação e votação um documento de indiscutível relevância para o conhecimento e valoração do governo da cidade de Lisboa no ano transacto: o **Relatório de Gestão** e as **Demonstrações Financeiras** respeitantes a **2012**.

Quando se examinam o relatório de gestão e as demonstrações financeiras de um exercício municipal não se está a analisar apenas, ou principalmente, um conjunto de números ou de indicadores.

O que esses documentos, e esses números e indicadores expressam (e quantificam) são os valores, as políticas, as estratégias, as prioridades, as actividades desenvolvidas pelo executivo municipal. O que tais documentos e os números e indicadores reflectem são a oportunidade, a pertinência e a adequação à realidade dos objectivos e das medidas aprovadas. O que esses números e indicadores revelam (e quantificam) são quais os grupos e classes sociais que mais beneficiaram com as políticas e actividades priorizadas pelo executivo e quais os que ficaram esquecidos. E quais os grupos e classes sociais que “pagaram (e continuam a pagar) a conta” e quais os que tiveram um tratamento de excepção nesse domínio.

Todos sabemos que nos encontramos numa incontornável e inegável situação de crise. De crise financeira, de crise económica (ou seja, de crise da economia real, da economia produtiva), de crise ambiental, de crise energética, mas

também de uma enorme crise social. E o ano de 2012 foi um ano em que os problemas que atingem Portugal e os portugueses se agravaram de forma muito significativa. Com mais desemprego, mais precariedade, com redução de salários, com cortes nas pensões e reformas, com cortes nos subsídios de desemprego e nos subsídios sociais de reinserção e com redução do período da sua atribuição, com um número crescente de famílias sem rendimentos que lhe possibilitem a satisfação dos encargos com a habitação, com sucessivos encerramentos de empresas, etc.

Considerámos pois que ao analisamos nesta Assembleia o Relatório de Gestão do executivo respeitante a 2012 seria importante verificarmos como é que o Presidente António Costa e o seu executivo de maioria socialista reagiram à situação de emergência que a cidade e os seus cidadãos enfrentam, ou seja:

- a) qual a visão prospectiva que tiveram da crise e da sua evolução,
- b) como previram e anteciparam os desafios e os novos problemas que uma realidade nova, preocupante e em rápida evolução iria colocar,
- c) que estratégias e políticas definiram para combater (na medida em que o município o poderia fazer) a crise na cidade e para minimizar os seus impactos nos lisboetas,
- d) qual a sensibilidade social que revelaram nesta situação de emergência.

A nossa avaliação da acção do executivo quanto a tais matérias é que o Presidente António Costa (e a sua vereação de maioria socialista), em diversas e importantes dimensões da sua actividade, não assumiram ao longo dos seus mandatos, e particularmente em 2012, a situação de crise que se vive em Lisboa e no País. Não identificaram adequadamente a natureza da crise, as suas características, e os seus impactos nas diversas dimensões da vida na cidade, nem previram atempadamente a forma como iria evoluir. Num período em que se exigiam novas políticas e novas soluções para novos problemas, o executivo não revelou a capacidade política necessária que lhe permitisse encontrar as respostas que os novos tempos exigiam, muito em especial (mas não só) em matéria da acção social e de habitação.

Para sustentar esta nossa avaliação farei uma análise mais circunstanciada de três áreas onde foi patente a falta de resposta atempada e adequada. Escolhidas não só pelo seu peso significativo nas receitas previstas no orçamento do município em 2012 mas essencialmente porque são paradigmáticas da visão que o actual executivo tem para a cidade, das suas orientações programáticas e das suas prioridades políticas. E vale a pena valorizá-las politicamente no quadro da grave crise que vivemos, muito em especial analisando se as políticas e as opções tomadas contribuíram para a superação da situação de

crise que enfrentamos ou, pelo contrário, se contribuíram (ou se contribuiriam caso se tivessem concretizado) para a sua agudização.

2- Em primeiro lugar referirei a primeira “operação extraordinária” (concebida com o objectivo de diminuir o passivo municipal) constante do orçamento para 2012, que já constava aliás do orçamento para 2011. Debrucemo-nos então sobre tal operação, aquela a que o Presidente António Costa chamou de o “negócio da EPAL”, e que comportaria a “venda” à EPAL pelo município das suas redes de saneamento de águas residuais e de águas pluviais, e do direito de operar tais redes, a troco do pagamento do montante de 105 M €.

Quando essa operação foi apreciada (quando da apresentação e discussão do Orçamento para 2011) desde logo pusemos em questão a sua viabilidade neste contexto de crise, pois não era expectável que a EPAL fosse autorizada pelo governo a aumentar o seu endividamento e, ainda que o fosse, encontraria grandes dificuldades em encontrar quem lhe financiasse a operação. Mas o executivo não tinha a mesma avaliação da situação, não ponderou adequadamente o momento de crise em que o país se encontra, ignorou as dificuldades que o sector empresarial público (e portanto a EPAL) enfrenta nos tempos que correm, nomeadamente no que concerne ao seu financiamento, e insistiu em inscrever em dois anos consecutivos a operação no orçamento, sem evidentemente ter qualquer sucesso. Ou seja, o Presidente António Costa e a sua maioria procederam exactamente como se não existisse a crise. E falharam o seu objectivo...

Mas do ponto de vista político esta operação, no que concerne à substância da opção política que lhe está subjacente, tem que ser valorizada no quadro da grave crise que vivemos e da resposta necessária à sua superação. Acontece que é conhecida a intenção do Governo PSD/CDS de entrega à gestão privada do Grupo Águas de Portugal, o que muito provavelmente envolverá a privatização da EPAL, considerada a “joia da coroa” do Grupo. Todos sabemos que dirigentes do PS têm considerado tal privatização como sendo uma das “medidas para além do memorando com a *troika*” que o Governo tem vindo a aplicar. Ora esta proposta do executivo de “vender” a rede de águas residuais abriria a porta à privatização da gestão da rede de saneamento de Lisboa, à mercantilização de um serviço público essencial. Acresce que uma eventual privatização da gestão da EPAL conduziria, podemos dizer que inevitavelmente, a que a gestão do serviço que presta à cidade passe a ser feita por uma empresa estrangeira.

Ora não se pode de modo algum considerar coerente com a posição crítica de dirigentes do PS relativamente à intenção do actual Governo de privatizar o

Grupo AdP, a intenção do Presidente António Costa (e do seu executivo de maioria socialista) de “contribuir” para tal privatização com o sistema de águas residuais de Lisboa. É que, se o Governo foi “mais além do memorando com a *troika*”, com esta proposta António Costa e a sua maioria vão “mais além do Governo”. É altura de retomar o velho aforismo popular: *Bem prega Frei Tomás, faz como ele diz e não como ele faz.*

Para nós o serviço de saneamento não é um “negócio”, como o considera o actual executivo, mas um serviço prestado aos cidadãos. E a defesa dos serviços públicos e a recusa da sua privatização é um dos traços essenciais da luta social de combate a esta política de austeridade recessiva, e é portanto um dos traços distintivos das políticas defendidas pelas forças de esquerda na resposta às políticas neoliberais. Para um partido socialista e popular como o BE esta operação tem pois de ser denunciada e combatida.

3- Em segundo lugar referir-me-ei à segunda “operação extraordinária” (também concebida com o objectivo de diminuir o passivo municipal) constantes das propostas de orçamento apresentadas (quer em 2011 quer em 2012) nesta Assembleia pela Câmara Municipal. A da constituição de um “Fundo fechado de gestão imobiliária”, a ser constituído por terrenos urbanos municipais, e que teria a CML como parceiro minoritário (25%). A Câmara previu um encaixe financeiro com esta operação de 292 M€ quando estivesse concluída na sua totalidade. Mas a realidade é que, quer em 2012 quer em 2011, o município não conseguiu sequer um euro de receita com a criação de tal fundo, ou seja, a operação extraordinária foi um fiasco do ponto de vista financeiro.

Quando essa operação foi apresentada (quando da apreciação do Orçamento para 2011) desde logo juntámos a nossa voz a todos aqueles que, nesta Assembleia, chamaram a atenção para que a situação de crise que se vivia (e vive) tornava irrealista a concretização de tais operações. O mercado imobiliário foi ferido de morte pela crise financeira e económica, a queda dos preços no sector imobiliário desencoraja a venda e a contração do crédito dificulta a compra do imobiliário. Mas o Presidente António Costa e a sua maioria não tinham a mesma avaliação da situação, não consideraram correctamente o momento de crise em que o país se encontrava, ignoraram as dificuldades que o sector imobiliário enfrentava e insistiram em inscrever no orçamento em dois anos consecutivos a operação, sem evidentemente ter qualquer sucesso. Ou seja, o Presidente António Costa e a sua maioria procederam exactamente como se não existisse a crise. E falharam o seu objectivo...

Mas do ponto de vista político também esta operação, no que concerne à substância da opção política que lhe está subjacente, tem que ser valorizada no quadro da grave crise que vivemos e da resposta necessária à sua superação. Deixámos claro desde o início de que é precisamente a natureza da operação, a natureza da opção política que lhe está subjacente, que para o BE tornou a proposta inaceitável.

É interessante recordar que esta proposta de constituição de um fundo de investimento imobiliário apresentada pelo executivo ocorre exactamente no momento em que Portugal e a Europa se encontram no centro de uma gravíssima crise financeira, que desembocou na crise económica e social em que nos afundamos. Para essa crise muito contribuiu (e contribui) a dimensão e gravidade da especulação financeira, que reflecte a crise sistémica deste capitalismo financeiro e globalizado. Face à situação com que nos confrontamos, em que os governos estão reféns dos especuladores, é certamente um objectivo prioritário das forças da esquerda garantir a existência da vontade política e dos meios adequados para que o poder político possa reconquistar ao sistema financeiro o poder que ele de facto detém. Pois é neste contexto que, num município com um executivo de maioria do Partido Socialista, surgiu esta proposta para entregar ao capital financeiro 25% do potencial de edificabilidade dos solos municipais em Lisboa. Mas quem é que acredita que é esta a via para solucionar os problemas da habitação em Lisboa? Mas será que os problemas habitacionais de Lisboa se resolveriam com a criação do tal fundo de investimento imobiliário que nos foi apresentado?

A cidade precisa de novas soluções, de novas políticas, para combater problemas que se vêm agravando no tempo e para enfrentar novos problemas. E hoje há um consenso entre um conjunto alargado de forças políticas e sociais de que a reabilitação urbana pode proporcionar a disponibilização de habitações com custos mais reduzidos que a construção de novas casas e com prazos mais curtos. A especulação imobiliária é o problema e não a solução. Não é com o recurso a fundos de investimento imobiliário, que obviamente procurariam otimizar o rendimento dos capitais investidos e que dirigiriam a sua actividade de construção para as classes com mais posses e para o sector empresarial, que se conseguiria que voltasse para a cidade quem por falta de capacidade financeira teve que abandonar Lisboa. A proposta desta operação de criação do fundo de investimento imobiliário e o projecto político que lhe está subjacente, se tivessem tido sucesso viriam acrescentar crise à crise.

Mas há outra razão que tornava a proposta da segunda operação extraordinária totalmente inaceitável. A Câmara pretendia ficar como parceiro minoritário (25%) do fundo imobiliário, com o argumento de que assim poderá beneficiar de uma eventual valorização dos terrenos que venha a ocorrer em momento

posterior ao da constituição do Fundo. E o Presidente António Costa, na sessão de Câmara que aprovou esta proposta, considerou que a presença da CML no Fundo significava uma oferta de parceria aos investidores. Passo a citar: “O facto de estarmos no fundo com uma participação de 25% significa também para os nossos parceiros que nós não teremos uma atitude passiva, mas pelo contrário, uma atitude activa e interessada na valorização daquele património, o que obviamente é algo importante para os parceiros”.

O que é que isto quer dizer, que “sinal é que isto pretendia dar aos mercados”? É que a CML se tornava num parceiro da especulação imobiliária, que teria uma atitude não passiva mas “activa e interessada na valorização do património”. Mas, perguntamos nós, quando a Câmara de Lisboa tivesse que tomar decisões que interessassem ao Fundo, como se compaginaria o cumprimento das suas obrigações constitucionais de “prosecução do interesse público” com a “atitude activa e interessada na valorização do património do fundo” que promete o Presidente António Costa? Não passaríamos a estar perante um caso nítido de “fusão” entre os interesses económicos privados e os que têm de decidir politicamente? Não passaríamos a estar perante um caso de evidente promiscuidade entre interesses privados e entidades com autoridade de Estado? Mas será que alguém acredita que a ultrapassagem da situação de crise que vivemos recomenda que as instituições públicas se tornem parceiros e facilitadores da acção dos especuladores?

Mas esta política da promoção do “negócio imobiliário” foi a que presidiu à proposta de revisão do PDM apresentada em 2012 e aprovada já este ano, proposta essa, entendemos nós, que falha nos seus objetivos fundamentais.

Quando a cidade precisava de um plano que lhe permitisse respirar, torna-la mais aprazível e mais aberta, esta revisão continua a propor “índices de edificabilidade demasiadamente grandes”, citando um vereador da maioria.

Quando a cidade precisava de um plano ambicioso e de uma estratégia para a reabilitação e regeneração urbana, essa revisão apresentou-nos como solução um sistema de créditos de construção que para além de irrealizável, é politicamente inaceitável. Esta proposta de criação dos créditos de construção, aliás, teve também fortes críticas de vereadores do executivo. E muito bem. Para além do efeito perverso de atribuir benefícios de construção que ultrapassam os índices normais, estes créditos, representam no fundo a criação de valor transacionável, a criação de uma moeda que deixa de ser controlada por quem a emitiu e passa a estar ao sabor da especulação imobiliária. Esta solução de créditos de construção representa a continuidade de uma política de construção e crescimento da cidade baseada na especulação imobiliária que caracterizou as últimas duas décadas. O executivo diz que elegeu a reabilitação

urbana como prioridade fundamental mas conscientemente optou por uma solução que não resolve o problema, mas que pelo contrário o agrava.

Acresce que a premissa que sustenta esta tese, a de disponibilidade de investidores com capacidade de financiamento para obras de reabilitação urbana e construção nova, é falsa. Este mercado não existe. Está em recessão profunda. Não existe essa dinâmica e não vai existir nos próximos anos. O paradigma em que assenta esta revisão ruiu. Estamos em crise profunda. Há um empobrecimento brutal e generalizado da sociedade e de quem vive na cidade.

Concluindo, a revisão do PDM apresentada em 2012 e aprovada em 2013, trata de uma Lisboa do passado e não de uma Lisboa do futuro. Esta revisão do PDM chegou atrasada e já se tornou anacrónica. Não equaciona os novos problemas, não propõe novas soluções. Mais uma vez o Presidente António Costa e o seu executivo de maioria socialista num domínio importantíssimo para a cidade, o do urbanismo e da habitação, repetem as velhas políticas e as velhas falsas soluções e não revelam capacidade política para contribuir para a ultrapassagem da crise que nos sufoca.

4- Em terceiro lugar referir-me-ei ao Fundo de Emergência Social criado por imposição do PSD, como condição para viabilizar os Orçamentos municipais na AM. Quer no Orçamento para 2011 quer no Orçamento para 2012 tal Fundo foi dotado com uma verba de 1,5 M€.

Manifestámos concordância com a criação desse instrumento, mas desde logo considerámos o montante orçamentado insuficiente para um programa municipal mínimo, que pudesse dar uma contribuição com significado para uma resposta à crise que afectava já tantos lisboetas.

Mas surpreendentemente as verbas orçamentadas não tiveram qualquer execução em 2011. E no ano de 2012 apenas no segundo semestre o executivo se lembrou que era indispensável trabalhar para que o Fundo pudesse vir a ter alguma utilidade, e a verdade é que a execução orçamental (em 2012) se cifrou em 854.008 €, ou seja, teve uma execução de apenas 56,9%.

O que quer dizer que as necessidades das pessoas existiram, a verba existia, mas a manifesta falta de capacidade de agir e a ausência de sensibilidade social fizeram com que o executivo não acudisse, como teria sido possível, aos que mais necessitavam de apoio. Tudo isto tem uma inevitável leitura política: os mais pobres, os idosos, os sem-abrigo, os mais afectados pela crise na nossa cidade não estão de facto na primeira linha das preocupações do executivo camarário.

Consideramos oportuno recordar que o GM do BE apresentou na AML, em 20 de Janeiro de 2009, uma recomendação relativa à situação que já se vivia em Lisboa (e em Portugal) e que já então nos preocupava. Esse documento (curiosamente aprovado com os votos favoráveis do BE, PEV, PSD e CDS, mas com as abstenções de PCP e PS) solicitava à Câmara que apresentasse à Assembleia um Relatório de Diagnóstico Social de Lisboa, bem como Planos de Intervenção Social, nomeadamente os respeitantes à população sem-abrigo, aos idosos e às crianças. O documento aprovado recomendava ainda à Câmara a constituição de um Gabinete de Crise, que permitisse à CML acompanhar de forma integrada, sistemática e tecnicamente sustentada a já preocupante evolução da situação social na cidade.

Esta recomendação, embora aprovada na AM, foi completamente ignorada pelo executivo. A ausência de um mecanismo de monitorização da evolução da situação de crise terá, muito provavelmente, contribuído para que, durante muito tempo, não tivesse sido possível ao executivo do Presidente António Costa definir uma estratégia que regesse a acção municipal no combate à emergência social.

5- Uma referência muito breve para o plano de investimentos do município em 2012, que teve uma taxa de execução geral bastante baixa, de 58,1%. Compreendemos a necessidade de, em situação de crise como a que vivemos, haver um acompanhamento muito apertado da execução da receita, e da execução da despesa (inclusivamente da despesa de investimento) ter de ter em conta a evolução da receita. Mas, mesmo tendo em conta tudo isso, não se pode deixar de referir que a Câmara podia (e devia) ter executado bastante mais.

Esta taxa de execução, em situação de normalidade, qualificaria sempre de forma negativa o desempenho de qualquer executivo (municipal ou outro). Mas, numa situação de grave crise como a que vivemos, a reduzida taxa de execução do plano de investimentos tem ainda um outro significado. Significa que a Câmara Municipal de Lisboa não contribuiu, como podia e devia, para dinamizar a actividade económica na cidade, para apoiar a actividade empresarial, para combater o desemprego em Lisboa. Sabemos que o bom investimento público poderá ser um instrumento extremamente importante para a ultrapassagem da situação de recessão que infelizmente atravessamos. Mas a Câmara de Lisboa não quis (ou não soube) dar a sua contribuição para esse esforço de investimento público, tão necessário para o combate à crise e o desemprego.

Mas se em 2010 o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) teve (na sua globalidade) uma taxa de execução baixa (os referidos 27,6%), o eixo C1-RE-

HABITAR desse plano respeitante à habitação e à reabilitação urbana teve uma taxa de execução ainda mais baixa, de 38,5%.

A reabilitação urbana não é de facto, os factos são esclarecedores, uma prioridade deste executivo camarário. Que no que toca à política de habitação optou claramente por outra via, pela constituição de um fundo imobiliário que iria especular com os terrenos que se pretendia que adquirira ao município. Casas a preços acessíveis para os mais jovens, para os trabalhadores, para a classe média, que estão a ser vítimas da política que nos conduziu à crise e que continuarão a ser fortemente atingidos nos próximos tempos pelas políticas acordadas com a *troika*? Não, a prioridade para o Presidente António Costa e o seu executivo era claramente outra. Era entregar à especulação imobiliária uma importante parcela dos terrenos ainda na posse do município, e que certamente teriam como objectivo a construção de casas para outro tipo de públicos.

Ainda no que toca ao investimento, o eixo A5-ACÇÃO SOCIAL do PPI merece referência pela sua escandalosamente baixa taxa de execução: 11,7%! Sem comentários...

6- Evidentemente que a actividade do executivo camarário em 2012 teve também um activo, ou seja, há um conjunto de actividades e medidas da sua responsabilidade que merecem uma referência positiva. De entre elas destacaremos a continuação do programa de reabilitação do parque escolar, o programa de transporte escolar (que deve contudo ser alargado), o fornecimento de refeições aos alunos das escolas, o completamento do Corredor Verde de Monsanto, peça emblemática do Plano Verde de Lisboa, projecto que tem contado com um forte empenhamento do BE.

7- Uma referência ainda para dois pontos que nos suscitam preocupação.

O primeiro tem a ver com o aumento em 15 dias no ano de 2012 do prazo médio de pagamento aos fornecedores (de 95 para 110 dias), isto depois de já em 2011 ter aumentado de 10 dias (de 85 para 95 dias). O que exige sem dúvida um esforço por parte da Câmara para a sua redução, especialmente importante na situação de crise que atravessamos em que os fornecedores têm grandes dificuldades no acesso ao crédito.

O segundo ponto prende-se com as reservas distribuídas pelas Certificações Legais de Contas do Município e Consolidadas, manifestadas pelo Revisor Oficial de Contas, e que não podem deixar de merecer uma nota de apreensão e de recomendação de que devem ser envidados todos os esforços para que a situação seja ultrapassada.

8- Antes de terminar não queria deixar de referir que a gestão do município durante este mandato, e portanto em 2012, teve uma característica que não pode deixar de ser mencionada. É que o Presidente António Costa e a sua maioria socialista governaram o município em contínua articulação com o PSD. Todas as decisões importantes, de carácter estratégico ou estrutural ou importantes para os grandes interesses, contaram com o voto favorável ou com a abstenção viabilizadora do PSD (geralmente precedida de uma intervenção muito crítica da proposta do executivo).

Em artigo publicado no “Sol” em Março de 2011 o ex-líder do PSD na vereação de Lisboa, dr. Pedro Santana Lopes, deu aliás pública notícia da existência de uma “concertação política, em várias matérias, entre António Costa, a distrital de Lisboa do PSD e a chefia da bancada do PSD na Assembleia Municipal. Concertação que tem uma agenda conforme me foi comunicado pelo próprio presidente da Câmara que inclui variadas e relevantes matérias”.

E o mesmo dr. Pedro Santana Lopes, dias antes de abandonar o seu lugar na Vereação de Lisboa, na reunião de Câmara de 12 de Dezembro de 2012, declarou ainda: “Enquanto exerci as funções de Presidente da Câmara nunca procurei obter consensos com estruturas partidárias, fi-lo sempre com a Vereação, a da Maioria e a da Oposição, é um ponto em que divirjo na actuação e na metodologia do actual Presidente da Câmara, não queria deixar de fazer esta nota,...”. Ou seja, o Dr. Santana Lopes quis deixar claro, antes de renunciar às suas funções, que a articulação do Presidente António Costa com o PSD se fazia não com os seus Vereadores mas com o aparelho do partido.

Tivemos e temos pois a funcionar de facto no município de Lisboa um Bloco Central, que é responsável por importantes dimensões das políticas que têm vindo a ser prosseguidas em Lisboa. É uma responsabilidade a que PS e PSD não se podem furtar.

9- A avaliação do BE quanto à capacidade política do executivo para contribuir para a ultrapassagem da situação de crise com que nos confrontamos (em Lisboa e no país) e para minimizar os impactos dessa crise nos lisboetas é como referi negativa. O Presidente António Costa (e a sua vereação de maioria socialista), em diversas e importantes dimensões da sua actividade não assumiram ao longo dos seus mandatos, e particularmente em 2012, a situação de crise que se vive em Lisboa e em Portugal. Não identificaram adequadamente a natureza da crise, os seus mecanismos, as suas características, e os seus impactos nas diversas dimensões da vida na cidade, nem previram atempadamente a forma como iria evoluir. Num período em que

novos e graves problemas exigiriam novas políticas e novas soluções, o executivo não revelou a capacidade política necessária que lhe permitisse encontrar as respostas que os novos tempos exigiam, muito em especial (mas não só) em matéria da acção social e de habitação.

Temos divergências marcadas com as opções políticas do executivo, divergências essas que reflectem que temos uma visão diferente para Lisboa, e diferentes valores, estratégias e prioridades.

Com as políticas municipais centradas não nas pessoas mas no fomento dos negócios, com um acento tónico colocado na especulação imobiliária, continuar-se-ão a agravar alguns dos problemas que a cidade enfrenta. Lisboa precisa de outras políticas, de outras prioridades, de outras medidas. São necessários novos paradigmas de desenvolvimento da cidade e novas soluções para os problemas da habitação em Lisboa.

O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras de 2012 confirmam que o executivo de maioria do Partido Socialista se revelou de facto politicamente incapaz de responder aos novos problemas, aos novos desafios e às novas opções que a ultrapassagem da situação de crise que vivemos exige dos responsáveis pela gestão municipal em Lisboa.